

# SUMÁRIO

|              |    |
|--------------|----|
| APRESENTAÇÃO | 15 |
|--------------|----|

|            |    |
|------------|----|
| INTRODUÇÃO | 17 |
|------------|----|

## PARTE I

### Aspectos contábeis, financeiros e societários

|                                                                         |    |
|-------------------------------------------------------------------------|----|
| FUSÕES E AQUISIÇÕES: UM GUIA INTRODUTÓRIO ÀS REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS | 25 |
|-------------------------------------------------------------------------|----|

*Luiz Carlos de Andrade Jr.*

|                                                                     |    |
|---------------------------------------------------------------------|----|
| Introdução                                                          | 25 |
| 1 Premissas das reorganizações societárias                          | 26 |
| 1.1 Sujeito, patrimônio, capital e participação                     | 27 |
| 1.2 A vontade social e o princípio majoritário                      | 28 |
| 1.3 Dois graus de reorganização                                     | 29 |
| 2 Primeiro grau: as operações de capital como reorganização atípica | 31 |
| 3 Segundo grau: as operações típicas                                | 35 |
| 3.1 O programa da operação: protocolo, justificação e avaliação     | 36 |
| 3.2 Deliberação, recesso e proteção de terceiros                    | 37 |
| 4 Transformação: mudança de regime sem sucessão                     | 38 |
| 5 Incorporação de sociedades: sucessão e permuta legal              | 39 |
| 6 Fusão: formação de novo sujeito e permuta legal                   | 43 |
| 7 Cisão: divisão patrimonial e substituição de participações        | 45 |
| 8 Incorporação de ações: alienação sem permuta                      | 48 |
| Conclusões                                                          | 54 |
| Referências                                                         | 55 |

|                                                                                                                   |        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| CPC 15 (R1) E A CONTABILIDADE DAS COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS:<br>CONTROLE, VALOR JUSTO, <i>GOODWILL</i> E DIVULGAÇÃO | 57     |
| <i>Alexandre Evaristo Pinto</i>                                                                                   |        |
| <i>Grasielly Saiki Cruz</i>                                                                                       |        |
| <i>Ariovaldo dos Santos</i>                                                                                       |        |
| 1 Introdução                                                                                                      | 57     |
| 2 O que é uma combinação de negócios?                                                                             | 60     |
| 3 O método de aquisição                                                                                           | 63     |
| 3.1 Identificação do adquirente e da data de aquisição                                                            | 63     |
| 3.2 Reconhecimento e mensuração de ativos e passivos                                                              | 65     |
| 3.3 Ativos intangíveis, passivos contingentes e participação de<br>não controladores                              | 66     |
| 4 A contraprestação transferida e as operações separadas                                                          | 69     |
| 5 <i>Goodwill</i> e compra vantajosa                                                                              | 70     |
| 6 Combinações realizadas em estágios                                                                              | 73     |
| 7 Aquisições reversas                                                                                             | 74     |
| 8 O período de mensuração                                                                                         | 76     |
| 9 A importância das notas explicativas e da comunicação narrativa                                                 | 77     |
| 10 Considerações finais                                                                                           | 79     |
| <br>LAUDO DE AVALIAÇÃO PPA: ASPECTOS JURÍDICOS, CONTÁBEIS E TRIBUTÁRIOS                                           | <br>81 |
| <i>Edison Carlos Fernandes</i>                                                                                    |        |
| Introdução                                                                                                        | 81     |
| 1 Histórico da legislação sobre aquisição de participação societária<br>(combinação de negócios)                  | 82     |
| 2 Regulamentação tributária do ágio e os pontos controvertidos                                                    | 85     |
| 3 Exigência do laudo de avaliação                                                                                 | 89     |
| 4 Experiências sobre o tratamento contábil (societário) do ágio                                                   | 92     |
| Conclusão                                                                                                         | 95     |
| Referências                                                                                                       | 96     |

|                                                                                                                                                                                  |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>EARN-OUT EM FUSÕES E AQUISIÇÕES NO SETOR BRASILEIRO DE SOFTWARE:<br/>PRÁTICA DE MERCADO E TRATAMENTO CONTÁBIL – UM ESTUDO SOBRE<br/>AS TRANSAÇÕES DA SINQIA, LINX E TOTVS</i> | 97  |
| <i>Roy Martelanc</i>                                                                                                                                                             |     |
| <i>Rodrigo Maimone Pasin</i>                                                                                                                                                     |     |
| 1 Introdução                                                                                                                                                                     | 97  |
| 2 A formalização do <i>earn-out</i> no Brasil                                                                                                                                    | 98  |
| 3 Metodologia                                                                                                                                                                    | 100 |
| 4 Amostra de empresas                                                                                                                                                            | 101 |
| 4.1 Sinqia                                                                                                                                                                       | 101 |
| 4.2 Linx                                                                                                                                                                         | 101 |
| 4.3 Totvs                                                                                                                                                                        | 102 |
| 4.4 Síntese dos múltiplos medianos das transações de ERPs no Brasil<br>executadas pelas maiores adquirentes nacionais                                                            | 103 |
| 5 Resultados encontrados                                                                                                                                                         | 104 |
| 5.1 Prática de mercado                                                                                                                                                           | 104 |
| 5.2 Evidência nas demonstrações financeiras                                                                                                                                      | 104 |
| 5.3 Comparação internacional (M&A de <i>software</i> e ERP)                                                                                                                      | 105 |
| 6 Conclusões                                                                                                                                                                     | 106 |
| Referências                                                                                                                                                                      | 107 |

## Parte II

### Aspectos concorrenciais

|                                                                               |     |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----|
| CONTROLE DE CONCENTRAÇÕES MULTIJURISDICIONAL:<br>DESAFIOS E MELHORES PRÁTICAS | 111 |
| <i>Adriana Franco Giannini</i>                                                |     |
| <i>Matheus Mendes Nasaret</i>                                                 |     |
| 1 Introdução                                                                  | 111 |
| 2 Operações notificáveis a autoridades concorrenciais estrangeiras            | 112 |
| 3 Questões práticas em análises multijurisdicionais de concentrações          | 115 |
| 3.1 Cooperação entre autoridades de diferentes países                         | 115 |

|                                                                                |     |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.2 Alinhamento de cronogramas e cláusulas contratuais                         | 116 |
| 3.3 Comunicação formal e informal com autoridades                              | 118 |
| 3.4 Jurisdições com notificação <i>ex post</i> e regimes voluntários           | 119 |
| 4 Desafios atuais em análises multijurisdicionais                              | 121 |
| 4.1 Proliferação de autoridades e assimetria de experiência                    | 121 |
| 4.2 Influência de interesses públicos e políticos no controle de concentrações | 122 |
| 4.3 <i>Screenings</i> de investimento estrangeiro e segurança nacional         | 123 |
| 4.4 Tensões geopolíticas e impactos na análise concorrencial                   | 123 |
| 4.5 Novas teorias do dano                                                      | 124 |
| 5 Soluções e melhores práticas                                                 | 126 |
| 6 Considerações finais                                                         | 128 |

|                                                                                                  |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| CONTROLE DE ESTRUTURAS NO BRASIL: A ATUAÇÃO DO CADE<br>NA ANÁLISE PRÉVIA DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO | 131 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

*Ticiane Nogueira da Cruz Lima*

*Vivian Ianelli*

|                                                                                              |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 Introdução                                                                                 | 131 |
| 2 Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e o controle de estruturas                    | 132 |
| 2.1 Breve histórico da evolução do direito concorrencial e debates em torno de sua aplicação | 132 |
| 2.2 Controle de estruturas no Brasil: desenho institucional                                  | 135 |
| 3 Procedimento do controle de estruturas                                                     | 138 |
| 3.1 Etapa de conhecimento                                                                    | 138 |
| 3.1.1 Aquisição de ativos                                                                    | 143 |
| 3.1.2 Aquisição de partes ou controle de empresa, conforme a Resolução n. 33/2022            | 145 |
| 3.1.3 Contrato associativo                                                                   | 148 |
| 3.2 Etapa de análise de mérito                                                               | 150 |
| 3.3 Resultados da análise de atos de concentração                                            | 157 |
| 4 <i>Gun jumping</i>                                                                         | 158 |
| 5 Conclusão                                                                                  | 162 |

## Parte III

### Aspectos tributários

|                                                                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| TRATAMENTO FISCAL DO ÁGIO NA AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA ADICIONAL POR CONTROLADORA – PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE | 165 |
| <i>Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho Neto</i>                                                                                       |     |
| <i>Felipe Rufalco Medaglia</i>                                                                                                        |     |
| I Introdução                                                                                                                          | 165 |
| II O princípio da legalidade e a tributação                                                                                           | 173 |
| III Efeitos fiscais do ágio                                                                                                           | 176 |
| IV Conclusão                                                                                                                          | 183 |
| Referências                                                                                                                           | 184 |
| <br>O REGIME JURÍDICO-CONTÁBIL DO ÁGIO                                                                                                | 185 |
| <i>Ramon Tomazela Santos</i>                                                                                                          |     |
| 1 Introdução                                                                                                                          | 185 |
| 2 O ágio na contabilidade                                                                                                             | 186 |
| 3 O ágio no Direito Tributário                                                                                                        | 192 |
| 4 Conclusões                                                                                                                          | 204 |
| <br>TRANSAÇÕES DE COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS E SEUS EFEITOS FISCAIS                                                                       | 205 |
| <i>Roberto Casarini</i>                                                                                                               |     |
| <i>Dora Pimentel M. de Almeida</i>                                                                                                    |     |
| 1 Introdução                                                                                                                          | 205 |
| 2 Método da aquisição no CPC 15 e na legislação ordinária                                                                             | 207 |
| 3 Transações de combinação de negócios e aquisição de participação                                                                    | 212 |
| 3.1 Aquisição de controle mediante a transferência de caixa                                                                           | 212 |
| 3.2 Aquisição de controle mediante troca de participações societárias                                                                 | 214 |
| 3.3 Aquisição de controle mediante a incorporação de empresas                                                                         | 219 |

|                                                          |     |
|----------------------------------------------------------|-----|
| 4 Discussões sobre os efeitos fiscais do <i>goodwill</i> | 223 |
| 5 Considerações finais                                   | 230 |

|                                                                                                                                                                      |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| LEGALIDADE TRIBUTÁRIA E O ART. 245 DA LEI N. 6.404/1976, QUE DISPÕE<br>SOBRE A ESTIPULAÇÃO DOS PREÇOS E CONDIÇÕES NOS NEGÓCIOS<br>FIRMADOS ENTRE PARTES RELACIONADAS | 231 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

*Edmar Oliveira Andrade Filho*

|                                                                |     |
|----------------------------------------------------------------|-----|
| 1 A atualidade e a importância do tema                         | 231 |
| 1.1 Conceito de “partes relacionadas”                          | 233 |
| 1.2 Legitimidade das operações entre partes relacionadas       | 234 |
| 1.3 Limitação de poderes societários                           | 235 |
| 2 O sentido e o alcance do art. 245 da Lei n. 6.404/1976       | 237 |
| 2.1 A finalidade da norma                                      | 238 |
| 2.2 Campo material de incidência                               | 240 |
| 2.3 A chave hermenêutica do art. 245 da Lei n. 6.404/1976      | 241 |
| 2.4 Interesse da sociedade                                     | 244 |
| 2.5 Princípio da lucratividade                                 | 246 |
| 2.6 Equidade nas operações no âmbito de um grupo de sociedades | 248 |
| 3 Parâmetros de apuração do valor equitativo                   | 250 |
| 3.1 Valor de mercado                                           | 252 |
| 3.2 Valor justo                                                | 255 |
| 3.3 Condições razoáveis ou equitativas                         | 256 |
| 3.4 Condições estritamente comutativas                         | 258 |
| 3.5 Pagamento compensatório adequado                           | 260 |
| 3.6 Equidade e utilidade                                       | 262 |
| 4 Interface com o direito tributário                           | 263 |

|                                                                                                                   |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| QUESTÕES RELEVANTES ATINENTES AO AUMENTO E À REDUÇÃO DE CAPITAL ENVOLVENDO BENS AVALIADOS A VALOR JUSTO E IMÓVEIS | 265 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

*Thais de Barros Meira*

*Marina Pettinelli*

*Pamela Cristina Café*

|                                                                                                      |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 Introdução                                                                                         | 265 |
| 2 Aspectos gerais do aumento de capital e da redução de capital envolvendo bens                      | 267 |
| 2.1 Aumento de capital                                                                               | 267 |
| 2.2 Redução de capital                                                                               | 268 |
| 3 Efeitos fiscais decorrentes do aumento e da redução de capital com bens avaliados pelo valor justo | 271 |
| 3.1 Regras contábeis                                                                                 | 271 |
| 3.2 Tratamento fiscal do ajuste a valor justo                                                        | 273 |
| 3.2.1 AVJ na subscrição de bens                                                                      | 276 |
| 3.2.2 AVJ na redução de capital com entrega de bem com ajuste de valor justo                         | 279 |
| 4 Efeitos fiscais do aumento ou da redução de capital mediante a entrega e devolução de bens imóveis | 280 |
| 4.1 Integralização de bens imóveis ao capital de sociedade                                           | 280 |
| 4.2 Redução de capital com entrega de bens imóveis                                                   | 284 |
| 5 Conclusão                                                                                          | 285 |
| Referências                                                                                          | 286 |

|                                                                                  |     |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| PREJUÍZO FISCAL E BASE NEGATIVA DE CSLL: REGRAS, LIMITES E PRINCIPAIS DISCUSSÕES | 289 |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----|

*Fernando Tonanni*

*Henrique Raupp*

|                                                                                                                    |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução                                                                                                         | 289 |
| 1 Compensação de prejuízos fiscais e base negativa: regras gerais                                                  | 293 |
| 1.1 Exemplo numérico da compensação de prejuízos fiscais e base negativa                                           | 298 |
| 2 Prejuízos fiscais e base negativa vs. prejuízo contábil vs. saldo negativo: diferenciações básicas e necessárias | 299 |

|                                                                                                                   |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3 Prejuízos fiscais operacionais e não operacionais para fins de IRPJ                                             | 301 |
| 4 Prejuízos fiscais e base negativa: breves comentários sobre o tratamento contábil                               | 303 |
| 5 Limitações legais à compensação: trava dos 30%, mudança de controle e ramo de atividade e operações societárias | 304 |
| 5.1 Trava dos 30% e discussões                                                                                    | 304 |
| 5.2 Mudança de controle, de ramo de atividade e discussões                                                        | 310 |
| 5.3 Operações societárias de fusão, cisão e incorporação e discussões                                             | 317 |
| 6 Prejuízos fiscais e base negativa em programas de parcelamento tributário                                       | 322 |
| Conclusões                                                                                                        | 323 |
| Referências                                                                                                       | 325 |
| <br>O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DAS INDENIZAÇÕES POR DANOS MATERIAIS                                                  | 327 |
| <i>Felipe de Albuquerque Destri</i>                                                                               |     |
| <i>João Victor Bueno</i>                                                                                          |     |
| 1 Introdução                                                                                                      | 327 |
| 2 Natureza jurídica: breve distinção entre danos emergentes e lucros cessantes                                    | 328 |
| 3 O conceito de renda no direito tributário                                                                       | 330 |
| 4 Considerações sobre a hipótese de incidência do PIS e da Cofins                                                 | 332 |
| 5 O tratamento tributário das indenizações por danos materiais                                                    | 333 |
| 6 Evolução do entendimento jurisprudencial administrativo e judicial                                              | 335 |
| 6.1 Tribunais superiores                                                                                          | 335 |
| 6.2 Jurisprudência administrativa                                                                                 | 338 |
| 6.3 O entendimento da Receita Federal do Brasil                                                                   | 340 |
| 7 Conclusão                                                                                                       | 341 |
| Referências                                                                                                       | 343 |

|                                                                                                                                                          |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| A INCONSTITUCIONALIDADE DA TRIBUTAÇÃO PELO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE SOBRE LUCROS CAPITALIZADOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA INTERPRETAÇÃO DA RECEITA FEDERAL | 345 |
| <i>Ian Muniz</i>                                                                                                                                         |     |
| <i>Marco Monteiro</i>                                                                                                                                    |     |
| 1 Introdução                                                                                                                                             | 345 |
| 2 Inexistência de acréscimo patrimonial, disponibilização e realização                                                                                   | 346 |
| 3 A vigência do art. 3º da Lei n. 8.849/1994                                                                                                             | 358 |
| 4 Do custo de aquisição                                                                                                                                  | 359 |
| 5 Conclusão                                                                                                                                              | 363 |
| ITBI NAS REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS: LIMITES CONSTITUCIONAIS E CONTROVÉRSIAS NA AFERIÇÃO DA ATIVIDADE PREPONDERANTE                                      | 365 |
| <i>Pedro Anan Junior</i>                                                                                                                                 |     |
| 1 Introdução                                                                                                                                             | 365 |
| 2 A interpretação jurisprudencial do STF e do STJ                                                                                                        | 368 |
| 3 Reorganizações societárias e integralização de capital: distinções necessárias para a incidência do ITBI                                               | 373 |
| 4 Planejamento tributário e ITBI nas operações de reorganização societária                                                                               | 376 |
| 5 Conflitos com os municípios: autuações fiscais e estratégias de defesa                                                                                 | 379 |
| 6 Conclusão                                                                                                                                              | 382 |
| ICMS NA TRANSFERÊNCIA DE ESTOQUE EM OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS                                                                                                | 385 |
| <i>Sergio Villanova Vasconcelos</i>                                                                                                                      |     |
| <i>Michelle Cristina Bispo Romano</i>                                                                                                                    |     |
| 1 Introdução                                                                                                                                             | 385 |
| 2 Considerações gerais sobre o ICMS                                                                                                                      | 386 |
| 3 Transferência de estoque em caso de incorporação, cisão ou fusão (reestruturação societária)                                                           | 388 |
| 4 ICMS na transferência de estoque em operações societárias                                                                                              | 389 |
| 5 Conclusão                                                                                                                                              | 394 |
| Referências                                                                                                                                              | 394 |

|                                                                                                                                                             |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| STOCK OPTIONS, REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, TRATAMENTO SOCIETÁRIO, TRABALHISTA E TRIBUTAÇÃO: NATUREZA MERCANTIL, DISCIPLINA CONTÁBIL E O TEMA 1.226 DO STJ | 395 |
| <i>Paulo Cezar Aragão</i>                                                                                                                                   |     |
| 1 Introdução                                                                                                                                                | 395 |
| 2 Fundamentos econômicos e evolução do instituto                                                                                                            | 396 |
| 3 Estrutura societária das <i>stock options</i>                                                                                                             | 397 |
| 4 Modalidades de remuneração baseada em ações                                                                                                               | 399 |
| 5 Tratamento financeiro, contábil e patrimonial                                                                                                             | 400 |
| 6 Regime tributário da companhia e do beneficiário                                                                                                          | 404 |
| 7 Aspectos trabalhistas, divulgação e governança                                                                                                            | 409 |
| 8 Notas conclusivas                                                                                                                                         | 410 |
| Referências                                                                                                                                                 | 411 |